

O SR. PRESIDENTE (Marcio Junqueira) – Antes de chamar o próximo orador inscrito para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio, para um breve registro.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, agradeço a deferência a V.Exa. e ao meu caríssimo companheiro da bancada paulista João Herrmann.

Realmente – com muito orgulho do PSDB paulista –, vivemos uma situação anômala na bancada. Mas somos essencialmente social-democratas e assim continuaremos a ser.

Quero tecer uma consideração a respeito do editorial do jornal *O Estado de S.Paulo* de hoje, que, com muita clareza, sob o título *Brasil curva-se novamente*, refere-se às concessões feitas – não direi sucessivas vezes – continuamente perante exigências dos setores industriais argentinos. Soma-se a essas pressões a palavra do Governo argentino. O Governo brasileiro, cedendo aqui e acolá, segue sempre cedendo.

Não se trata de nenhum sentimento contra a Argentina. Ao contrário. Todos os sentimentos que me movem – lá estivemos juntos, o Deputado João Herrmann e eu – são para aproximar cada vez mais nossos países. Somos povos irmãos, fadados a um mesmo destino, quicá de crescimento e harmonia.

Mas o Governo precisa entender, vez por todas, que não dá para enfrentar a crise tomando medidas pontuais e ocasionais ou em resposta a uma pressão daqui ou de acolá. Na verdade, não há planejamento do Governo Federal, do Presidente da República e seus Ministros, nas áreas de desenvolvimento, fazenda, planejamento e econômica. Não há planejamento que faça frente às vicissitudes que a crise está trazendo ao mundo e certamente a nós brasileiros. Não será com concessões que só fazem agravar a crise no Brasil que resolveremos esses problemas.

A esta altura, Brasil e Argentina – MERCOSUL – deveriam estar discutindo em conjunto a crise mundial. Nós nos interpretamos como um bloco, criado para crescer, como cresceu, consolidou-se e se fortaleceu a União Europeia. Não será dessa forma, trazendo outros parceiros, eventualmente aumentando a desarmonia no MERCOSUL, que resolveremos esses problemas, que só poderão ser vencidos a partir do instante em que o Governo, embora tardiamente, reconheça de fato que vivemos no bojo de uma crise, que o Brasil não poderia estar fora disso tudo.

Graças a Deus poderemos sim superar esta crise por conta das medidas adotadas no passado, no tempo do PSDB, com Fernando Henrique Cardoso no Governo da República. Mas pouco importa. O impor-

tante é que consigamos vencê-la. Mas para vencê-la é preciso estratégia comum – setor privado, autoridades governamentais, governos de Estado. Não é continuando com ganância desenfreada, concessões pontuais e, insisto, sem planejamento estratégico que haveremos de tirar o País desse imbróglio.

Sr. Presidente, fica meu registro contra esta política de vaivém.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Junqueira) – Fica o registro do Deputado Antonio Carlos Pannunzio, que demonstra conhecimento do rumo de que nosso País precisa.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Junqueira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Herrmann, a quem agradeço a paciência por ter permitido que nosso colega se pronunciasse.

O SR. JOÃO HERRMANN (PDT-SP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras. O fulcro de meu pronunciamento é nossa Casa e se refere a nossa crise.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cidadãos e cidadãos do Brasil, terminarei em 2010 uma passagem de 28 anos por esta Casa, que perdeu o brilho, o respeito. Voltaremos a esse tema mais tarde.

Finda neste lustro a participação de minha geração, purgada no ventre fétido do regime militar.

Começa o fim da gestão do Presidente Lula. Qualquer que seja sua sucessão, até hoje posta, é o término: uma combatente guerrilheira, um ex-presidente da UNE ou outra via. O que virá a partir de 2011?

Construímos, com ícones da nossa sociedade, muitos desta Casa, do Plenário Ulysses Guimarães, mas também com milhões de anônimos cidadãos, uma democracia consolidada. Vigilantes a manteremos.

Muitos dos nossos, inclusive do meu partido, quando eu era do Partido Comunista Brasileiro, tombaram na sua busca. Por 20 anos, na fumaça escura, aprisionou-se nossa liberdade. Conquistada nas ruas pelo povo brasileiro. Entreguemo-la ao futuro. Somos um país livre e generoso.

Qual país?

Diminuímos a desigualdade. Mas ela persiste. São milhões de analfabetos, desprovidos de cidadania. Outros alfabetizados sem formação.

Continuaria a carpir aqui nossas pústulas sociais, mas perderia o encanto e o respeito que tenho pelo Brasil. Apenas as registro ao lado das ainda presentes discrepâncias regionais e de oportunidades. Dos enormes abismos de classes que aos que virão competem sepultar.

Não é a toa que o retrovisor é menor que o parabrisa. Olhemos adiante, sem perder de vista o passado. Este, sem esquecê-lo, por ser visada de ré necessária ao azimute de nossa história.

Nestes 20 anos, após o 9 de novembro de 1989, o mundo mudou. Todos são unânimes ao afirmá-lo.

Há, porém, os que o afirmam mas não mudam. São multidões. É este o quesito da minha indagação.

Se temos um câmbio mundial, qual será a mudança que imporemos à nossa conduta perante nosso povo e os demais?

E esta Casa mudou? Mudará? Veremos adiante!

Não há mais um mundo bipolar. O fim do bloco soviético não deu ao capitalismo norte-americano a vitória. Ao contrário. Assemelha-se que a existência de um dependia da do outro. Como o calor da chuva, como o inverno do abrigo.

Enquanto o capitalismo tinha o comunismo para suplantar, implantou no mundo uma doutrina com suas guerras e dominações. Implodido o bloco oriental por dentro, pela absoluta falta de liberdade e democracia; cai agora, em seguida, o império por absoluta ganância, verdadeiro esbulho, pilhagem, saque que os pretenso vencedores fizeram ao mundo.

O que chamamos hoje de crise nada mais é que o sepultamento, o fim, o desmantelamento das consignas como neoliberalismos e que tais. Há um sarcófago no ar. Há uma lápide. Aqui jaz o mercado!

Quantos artigos, Davos e adjacências vimos insistindo na privatização das políticas públicas. Na anodização das intervenções de governos e na pasteurização das políticas de Estado.

Hoje o que há é uma nova catedral, onde os mendigos chegam em jatinhos implorando aos Bancos Centrais e governos, em nome da sobrevivência, que aportem recursos financeiros em suas empresas.

Muitos que meses atrás vociferavam contra as estatais transformaram-se como se fossem nelas. Montadoras de veículos, bancos, operadoras de poupança, construtoras e tantas outras empresas listadas nas Bolsas emburraram-se nestes 2 meses de recursos dos Estados. Verdadeiras Louis Vuittons que não paravam de subir. Hoje são sacos de filó.

Prometeram o éden aos investidores, enquanto davam o paraíso aos seus executivos em forma de bônus e gratificações hiperbólicas. Entregaram o inferno do desemprego e da desesperança.

Os que amaldiçoavam o Estado, hoje suplicam pela sua ajuda. Demoliram-se pelas TVs os bustos de Lênin. Destroem-se, ao vivo e em cores, os touros de Wall Street.

Há os que afirmam que os Estados Unidos da América começam a experimentar o seu fim. Nada haverá de novo se tal suceder, porque a humanidade já assistiu a tantos enterros imperiais no cemitério da história.

É inequívoco que surgirá, se tal acontecer, um mundo multipolar. Iriam-se os G-8, G-20, rodadas de aqui, ali e Doha.

Troam alto os BRICs. Serão eles? Brasil, Rússia, Índia e China? É verdade que esses países reúnem condições para serem mandantes de um novo sistema. Mas qual? A reinvenção do socialismo? A superação do capitalismo? Será no ventre dessa crise que surgirá a nova ordem mundial?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Nilson Mourão, ao fazer essas indagações a alguém que já viveu, como eu vivi, neste plenário desde 1983, legitima-se perguntar qual será o papel desta Casa de leis dos Deputados do Brasil nessa nova fase da história.

Poderia eu, apesar de sabedor de minhas limitações, propor ideias – e as tenho – ao futuro de uma nova ordem para se buscar uma sociedade melhor. Mas não posso cantar o mundo se não canto minha própria aldeia. E minha aldeia é aqui, nesta Casa. *“Por aqui passa o meu rio”*, diria Fernando Pessoa. Por aqui deixei um rastro histórico na Constituição que ajudei a promulgar. E esta Câmara dos Deputados hoje é quase nada!

Acabamos de eleger um Presidente culto e preparado, um colega e amigo de há muitos anos, Michel Temer, que já iniciou políticas salutares. Cumprimento-o. Mas nosso papel coletivo? Onde está? Delegamo-lo a um homem ou a um pequeno grupo deles?

O que vimos hoje pelas ruas e praças deste País é nossa imagem deslustrada e empanada pelos tempos recentes. Deputados se escondendo em voos, fugindo das vaias de seus nomes anunciados, suas assessorias sendo pilheriadas e humorismos marrons denegrindo-nos. Somos, como diz o colunista político José Simão, uma piada pronta. E estamos silentes!

Diz-se à boca pequena nos corredores que diminuiu o nível dos Parlamentares, como se cada um que o dissesse Parlamentar não fosse.

Fala-se que o processo eleitoral viciou-se e o funil da escolha trouxe um gargalo que seria ultrapassado apenas pelo poder econômico e corporativo. Se é este o problema, por que não uma reforma política para sanear-lo? Melhoraria a representação ou, pelo menos, desculpas não haveria.

Deixa-se disseminar a ideia das falcatruas, dos processos investigatórios, dos peculatos, dos privilégios e contamina-se cada Deputado com a pecha de impoluto. Vêm a culpa, os impropérios; o Deputado ou Deputada bola da vez. Ficamos inertes e damo-nos moralmente como vencidos.

As medidas provisórias, nascidas no ventre da Assembleia Nacional Constituinte como instrumento de moção dos governos parlamentaristas, foram transformadas em instrumentos legislativos de outro

Poder. E dão-se tratos à bola para legislar sobre o ato de legislar do Executivo.

Por que não extinguir as medidas provisórias ilegítimas ao presidencialismo? Culpa-se o Judiciário pela sua intervenção. Dizem que os magistrados se introduzem nesta Casa de leis.

Criticam-nos veladamente, mas cortejam-nos em cerimônias públicas e posses de tribunais.

Por que não se legisla nesta Casa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados? Aceita-se, sem ruborizar, que se trata de uma instituição que gasta muito e produz pouco... Que os salários são gordos e o resultado, franzino. Nem se defende que é a Casa projetada por Niemeyer para ser a mais ensolarada do Brasil.

Todos os gastos têm que ser – e são – públicos. As reuniões, públicas. O espaço, público. Acesso, público. Num lugar onde nada se esconde nada se pode esconder da opinião pública.

O que está acontecendo com nossa Casa, esta Casa onde há anos eu vivo? Esta mesma Casa que resistiu ao Cavalo Branco do General Newton Cruz? Que não deixou cassar Márcio – Márcio Moreira Alves! Esta Câmara, onde Deputados e Deputadas albergaram-se resistentes em 1977, quando a fecharam!

Uma Câmara dos Deputados fechada é um atentado à democracia. Uma Câmara dos Deputados omisa é um acinte!

Como uma larva antecede a pupa, que na crise se transforma em borboleta, esta Casa, na crise de identidade em que ela e seus membros se encontram, tem que dar uma resposta à altura da sociedade que representa e defende à última instância.

Somemos as crises, a mundial e a nossa. Procuremos pela solução da segunda e nos remeteremos à resposta da primeira.

Esta Câmara dos Deputados tem de produzir resultados concretos. Afirmar-se como poder independente ou resignar-se a ser frouxa. Tem de fiscalizar os atos dos demais Poderes, sem se vergar aos seus poderes ou acovardar-se.

Vamos banir da Constituição as medidas provisórias, e não regulamentá-las. A propósito, o Sr. Presidente Michel Temer acaba de me permitir dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas e aos cidadãos do Brasil que, ontem, em reunião, o Presidente Lula disse que encaminhou aos Srs. Ministros uma determinação para que não mais emitam medidas provisórias. Oxalá isso aconteça, para que esta Casa volte a ser a intérprete da vontade popular, transformando desejos sociais em direitos políticos! Salvo o Presidente Michel Temer por já empunhar nesses primeiros dias essa bandeira que volta a tremular como Legislativo que é esta Casa.

Vamos exigir o Orçamento como peça de condução do Estado nacional. Ao deixarmos-lo ao léu somos lenientes à maior tarefa para a qual fomos eleitos.

Não deixemos os Ministérios, por portarias e decretos, transformarem a legislação em penduricalho. Há irresponsabilidade nestes gestos do Executivo que beiram o autoritarismo. Neguemo-lo. Exijamos respeito, Sr. Presidente.

A ordem tributária rasgada e refeita nos botequins soturnos em que se transformaram salas ministeriais tem que ser formulada pela Câmara dos Deputados e somente por ela.

A ordem política, políticos que somos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é revisitada a cada intervalo eleitoral segundo os humores de plantão. Muitas das vezes nem por nossa Casa implantada, e sim pelo Judiciário.

A esculhambação do voto pela mudança constitucional do instituto da reeleição feriu de morte a dignidade da Câmara e, desde lá, não nos recompusemos.

A vilania se instalou e a repulsa de que somos vítimas, vinda das maiorias rumorosas das ruas, tem origem no vilipêndio de se subordinarem votos a interesses vis.

O Executivo acaba de mandar uma proposta de reforma política. Somos nós que a fazemos, não o Governo de ocasião. Aí está uma grande e imperdível oportunidade, Sr. Presidente, para galhardamente os partidos políticos subordinarem seus legítimos interesses ao interesse nacional brasileiro.

O Parlamento é fruto de um grande pacto social a cada eleição. Fraudá-lo é perder o respeito do eleitor.

No presidencialismo ele é refeito a cada 4 anos. É muito tempo – diriam – para um país em grandes transições. Mas é a regra e não se a muda a bel-prazer. Como a Constituição em seu feito há 20 anos, a ordem política hoje é nosso gesto imperativo. Se não a fizermos, a soberania do povo a fará!

Coloquemos o Senado Federal no seu devido lugar constitucional. O representante do povo brasileiro é a Deputada ou o Deputado. A Senadora ou Senador prega pela Federação, que, como tal, tem que ser mantida. O papel atual do Senado transforma a Federação em frangalhos e os Estados federativos a frações governamentais.

Esmolam em Brasília Governadores e Prefeitos. Voltam para seus Estados e Municípios apregoando bênçãos que receberam. A que humilhação se impõem em nome dos recursos que lhes são furtados. Xavecam assessores de terceiro e quarto escalões suplicando que suas verbas providas de legítimas emendas parlamentares sejam liberadas, submetendo seus nomes e seus partidos a listas de votações e compromissos. Que vergonha!

Desintegremos a atual situação da Câmara dos Deputados. Não precisamos reinventá-la, Sr. Presidente. Seu papel está escrito na Constituição brasileira. E foi feita por nós, Constituintes de 1988.

Esta é a verdadeira crise. A nossa crise, Sr. Presidente!

Chacoalhemos nossas dignidades. Demo-nos ao nosso caráter. Entreguemo-nos à nossa luta para verdadeiramente representar o Brasil com honra.

Se for preciso expurgar o mal, façamo-lo cortando na própria carne para não sermos consumidos pela sua metástase.

Nossas atitudes e nossos gestos têm que ser transparentes. Nossos gastos também. Uma nota fiscal não pode ser a medição do valor de um Parlamentar, da mesma forma que a Casa não há de referenizar-se a opiniões externas com interesses escusos.

Nosso voto tem que ser aberto porque assim exige o nosso eleitor.

Nossa voz, se tiver que ser de oposição, como já fui tantas vezes nesta Casa, que assim o seja, sem medo de calá-la, qualquer que seja a retaliação.

Há muito o que se fazer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É hercúleo nosso trabalho. Façamo-lo para sermos honrados. A história deste País nos abriga, mas nos julgará.

O julgamento da história é longo, mas implacável. Nossos nomes têm ascendentes. E mais: descendentes. A esses mesmos que, em nome da família, damos a biografia e o sobrenome.

Eles que olhamos nos olhos em nossas casas são os que nos olharão no futuro. Ouço todos dizerem que constroem a Pátria para seus filhos e netos.

Que estas palavras ditas tragam dignidade aos atos que cometemos. Um país é feito de heróis, mas há também traidores. O Brasil os possui – os 2. Não precisamos ser heróis, só Deputadas e Deputados. Que se deem ao respeito. Caso contrário, não poderemos pedir ao povo que nos respeitem.

Muito obrigado.

O Sr. Nilson Mourão – Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. JOÃO HERRMANN – Pois não, Deputado Mourão.

O Sr. Nilson Mourão – Ilustre Deputado João Herrmann Neto, ao final do seu discurso quero dizer que o ouvi com muita atenção. Um discurso emocionante, brilhante, dando conta das principais questões que afligem o mundo atual, a crise econômica, as propostas que tramitam nesta Casa e os sonhos que V.Exa. sempre acalentou na luta política e democrática em nosso País. Parabênizo V.Exa. e o saúdo pelo seu retorno a esta Casa em razão da sua militância na Comissão

de Relações Exteriores e pela grande contribuição que pode prestar ao Parlamento e ao povo brasileiro. Parabéns, ilustre Deputado João Herrmann Neto, pelo brilhante pronunciamento feito nesta tarde.

O SR. JOÃO HERRMANN – Muito obrigado, Deputado Mourão.

E acrescento, Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., que a questão que me envolve com o Deputado Mourão é longínqua a esta Casa, mas passa por ela. Hoje temos em mãos a luta da causa palestina, e está a cargo do Deputado Mourão o relatório que inclusive dará oportunidade a que a autoridade palestina tenha legítima e territorialmente a sua própria sede no Brasil.

Agradeço a sua atuação em nome do mundo árabe, mas também em nome da liberdade que deve imperar na nova ordem social.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Junqueira) – Também queremos nos juntar ao Deputado Nilson Mourão e elogiar o Deputado João Herrmann, que fez um discurso corajoso e preciso. Que o mesmo seja motivo de reflexão para todos nós, Deputados e Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Junqueira) – Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim, do PTB do Piauí, futuro Governador do Estado do Gurgueia, pelo prazo de 25 minutos.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Junqueira) – Quero parabenizar o Deputado Paes Landim por mais um pronunciamento rico em informações da situação da Região Nordeste e, especificamente, do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Junqueira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Marcio Junqueira, amazônica que neste momento preside a Mesa.

Agradeço ao Deputado Nilson Mourão a benevolência de ter-me cedido este espaço, que lhe era destinado para o Grande Expediente.

Sr. Presidente, temos acompanhado as manifestações e as ações da Oposição, na tentativa de criar factoides. Factoides esses que tentam imputar à Ministra Dilma Rousseff uma possível ilicitude: estar fazendo campanha antes do tempo. Entraram, segundo depoi-